

## CPI COMEÇA A INVESTIGAR DOSSIÊ

Biscaia sugere a Lando designação de mais dois sub-relatores – um para examinar o conteúdo dos documentos e a suposta compra deles por pessoas vinculadas ao PT e outro para analisar o envolvimento de prefeitos com a máfia das ambulâncias. **Página 7**

### Oposição cobra, no Plenário, a divulgação da origem do dinheiro



Para José Jorge, Lula tenta interpretar papel de vítima

Os senadores José Jorge, Heráclito Fortes e Jorge Bornhausen cobraram no Plenário a divulgação da origem do dinheiro – R\$ 1,7 milhão – que seria usado por militantes do PT para comprar um suposto dossiê contra os candidatos do PSDB a governador de São Paulo, José Serra, e a presidente da República, Geraldo Alckmin. Bornhausen acusou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, de “arrastar” a investigação da compra do dossiê para depois da eleição. José Jorge e Heráclito consideram fácil identificar a origem dos recursos. **Página 5**



Bornhausen: ministro tem sido advogado criminalista de Lula

### Ideli vê ligação entre denúncias de grampos no TSE e caso de 2002



Saturnino observa que o país vivia a “democracia das elites”

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti, registrou ontem que o Instituto Nacional de Criminalística não encontrou indícios de escuta clandestina no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Segundo ela, a Fence, empresa que teria constatado a existência da suposta escuta denunciada pelo tribunal, é a mesma acusada de grampear os telefones de Jorge Bornhausen e sua família, em 2002. Em discurso no Plenário, Roberto Saturnino disse que as eleições de domingo serão marcadas pela mais ampla participação popular. **Páginas 4 e 5**



Ideli cita laudo que aponta inexistência de indícios de grampo

Plenário do Senado terá 29 propostas para votar na próxima semana **Página 3**



Maciel prega “cultura da arbitragem”, ao comemorar dez anos da lei **Página 6**

Senador explica que objetivo é reduzir as incertezas a que estão sujeitos os atos contratuais no Brasil, de modo a aumentar os investimentos externos no país

## Proposta de Renan veda uso de MP para legislar sobre contratos

Está pronta para ser votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta de emenda à Constituição do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que impede o governo de editar medidas provisórias sobre matéria referente a contratos. Ao apresentar a proposição, ele explicou que o objetivo é a redução gradual das incertezas a que estão sujeitos os contratos no Brasil, afirmando que as considera nocivas ao desenvolvimento do país.

A segurança dos contratos e a previsibilidade das condutas dos agentes públicos são apontadas pelo presidente do Senado como garantias essenciais à imagem externa do Brasil e ao incremento do investimento estrangeiro no país. Segundo Renan, é a previsibilidade das instituições nacionais que permitirá aos investidores quantificar o risco de seus investimentos em nossa economia.

### Estabilidade

Na justificativa da proposta, o senador argumenta que a estabilidade legislativa reforça a noção de segurança jurídica e que, no campo dos investimentos privados, essa segurança é fundamental nas decisões relativas à alocação de recursos. O parlamentar observa que o contrato é estrutura milenar que funda o direito privado, do qual se utiliza também o Estado.

“A estabilidade dos contratos, ninguém desaprova, é um vetor positivo de credibilidade institu-



Iniciativa de Renan Calheiros (foto menor) está pronta para ser votada na CCJ

cional”, diz Renan na justificativa. O senador destaca a importância dos contratos no âmbito dos negócios públicos e privados, observando que o Estado brasileiro avança se, aprovando essa mudança na Constituição, patrocina a garantia jurídica das normas que versam sobre eles.

Ainda em defesa da proposta, o parlamentar observa que, “vedando-se a edição de MPs em matérias relativas a contratos, coloca-se na Constituição segurança jurídica adicional às regras dos negócios, das avenças e dos pactos que geram obrigações, cujos resultados dizem respeito aos interesses individuais e coletivos”.

“Não prospera a nação submetida às incertezas no campo do Direito e, principalmente, na esfera dos contratos”, frisa o presidente do Senado, para quem, com a aprovação da PEC, ficará



claro que o Estado brasileiro tem compromisso com a solidez das regras pactuadas entre agentes públicos e privados.

Designado relator da iniciativa, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) chegou a apresentar requerimento sugerindo o envio da matéria à comissão mista especial que estudava um novo rito para a votação das medidas provisórias. Mas o requerimento não foi votado e a proposta continua aguardando deliberação no colegiado.

## Programa da TV Senado concorre hoje a prêmio de jornalismo no Rio

O programa *Inclusão* da TV Senado que abordou o tema “Hanseníase – um passado presente”, concebido e apresentado pela jornalista Solange Calmon, estará concorrendo hoje ao IV Prêmio Alexandre Adler de Jornalismo em Saúde. O programa é um dos três finalistas e disputa o primeiro lugar com produções de outras duas emissoras. A cerimônia de escolha será realizada na Federação do Comércio do Rio de Janeiro e o vencedor receberá um prêmio em dinheiro. Os finalistas já foram homenageados na última semana com troféu e diploma.

O Prêmio Alexandre Adler é uma iniciativa do Sindicato dos Hospitais, Clínicas e Casas de Saúde do Rio de Janeiro (Sindhrio) em parceria com o Centro de Educação em Saúde do Senac Rio e com o Sindicato de Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro.

Solange Calmon informou que, caso o especial receba o primeiro prêmio, o dinheiro será doado ao Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan). Ela explicou que esse grupo realiza um trabalho junto às pessoas que apresentam seqüelas da doença e estão em hospitais-colônia no Rio de Janeiro. O grupo Morhan também faz levantamentos estatísticos e desenvolve atividades de conscientização sobre a enfermidade

em todo o Brasil.

A jornalista da TV Senado salientou que, apesar de antiga, a doença ainda é um problema de saúde pública no Brasil, onde, a cada 12 minutos, uma pessoa é contaminada com o bacilo da hanseníase. O país está em segundo lugar em número de portadores do mal, atrás apenas da Índia. Em 2003, segundo o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, 80 mil pessoas encontravam-se em tratamento.

Ela informou que o programa *Inclusão* vai sugerir audiência sobre o tema na Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado.

“Hanseníase – um passado presente” foi ao ar em outubro de 2005 e destacou que pode haver cura da doença quando tratada precocemente. Os sinais de aparecimento da hanseníase são manchas avermelhadas ou esbranquiçadas pelo corpo, insensíveis à dor e ao calor. Os postos de saúde fazem o diagnóstico e o tratamento da doença.

O julgamento das matérias que concorrem ao prêmio leva em consideração a contribuição para o sistema de saúde brasileiro e a qualidade técnica da reportagem. Nessa edição, o concurso recebeu o número recorde de 189 inscrições, sendo 30 na categoria TV.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário

Às 14h, o Senado realiza sessão não-deliberativa, sem votação de matérias e destinada à leitura de expediente e discursos dos parlamentares.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:**

Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich, Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Marcos Guerra, Eduardo Azeredo e João Batista Motta

## Projeto considera crime hediondo a invasão de terra com fins políticos

Projeto de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra (CPI da Terra) que considera como crime hediondo o esbulho possessório – invasão de terreno alheio, mediante violência ou ameaça – com fins políticos deverá ser votado pelo Plenário do Senado no fim de outubro.

Na justificativa da proposição (PLS 264/06), os integrantes da CPI destacam que as ações de invasão de propriedades realizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não são tipificadas. Eles argumentam que o Poder Judiciário vem deixando de aceitar ações penais solicitadas pelo Ministério Público contra o MST com base no crime de esbulho possessório, por não haver um dolo específico. O movimento, segundo membros da CPI, tem defendido que o fim dos seus atos não é cometer o esbulho, mas sim manifestar inconformismo político e pressionar o governo a executar as políticas sociais que aguarda.

“O projeto corrige uma lacuna legal para dar ao nosso Direito Penal força para punir essa ação que afronta os princípios constitucionais da propriedade, da livre iniciativa, da liberdade e até mesmo da função social da propriedade, já que muitas das terras invadidas são produtivas”, diz a justificativa.

A proposta acrescenta parágrafo ao artigo 161 do Código Penal, determinando que “saquear, invadir, depredar ou incendiar propriedade alheia, ou manter quem nela se encontra em cárcere privado, com o fim de manifestar inconformismo político ou de pressionar o governo a fazer ou deixar de fazer alguma coisa”, em um ato de esbulho possessório com fins políticos, sujeita o autor à pena de reclusão de três a dez anos. Acrescenta ainda um

inciso IV ao artigo 92, de modo a estabelecer “a extinção da pessoa jurídica legalmente instituída e utilizada para a prática de crime por iniciativa ou consentimento de seus dirigentes”.

Conforme a justificativa da proposta, a invasão “afronta o regime representativo e democrático e o Estado de direito, o que demonstra a natureza hedionda do crime”. Dessa forma, o projeto inclui um inciso VII-C ao artigo 1º da Lei 8.072/90, para qualificar a prática de “esbulho possessório com fins políticos” como crime hediondo.

### CPI da Terra

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra foi criada no fim de 2003 e apresentou seu relatório final em dezembro de 2005. Senadores e deputados analisaram e investigaram, no decorrer dos trabalhos da comissão, diversos conflitos fundiários no país, ouvindo o depoimento de mais de cem pessoas, entre proprietários, trabalhadores rurais, pesquisadores e funcionários públicos. Foram investigadas entidades como a União Democrática Ruralista (UDR) e duas instituições ligadas ao MST: a Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca) e a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (Concrab). Por um lado, a UDR é acusada de estimular violência contra os agricultores sem-terra – inclusive por meio da contratação de milícias armadas. Por outro, o MST é denunciado por desvio de verbas da União.

Além disso, a CPI realizou audiências em nove estados, sendo duas delas no Pará, onde os integrantes ouviram os fazendeiros acusados pela morte da freira Dorothy Stang, missionária de origem norte-americana assassinada por defender pequenos agricultores daquele estado.

Caso seja aprovada sem mudança pelos senadores, proposta que autoriza a redução das alíquotas de vários tributos será enviada à sanção presidencial



Para votar o projeto que beneficia as micro e pequenas empresas, Plenário terá de apreciar, antes, 17 medidas provisórias

## Lei da microempresa deve ser votada na próxima semana

O Senado retoma as sessões deliberativas na próxima semana com 29 proposições prontas para votação em Plenário. Conforme acordo entre os líderes partidários, não há apreciação de matérias nesta semana, o que permite a presença dos parlamentares na campanha eleitoral de seus estados.

Constarão da pauta, depois do primeiro turno eleitoral, 17 medidas provisórias (MPs) e 12 projetos de lei, entre eles a proposta da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (PLC 100/06). As medidas provisórias, por terem sido assinadas pelo presidente da República há mais de 45 dias, deverão ser votadas com prioridade, como determina a Constituição. Quase todas tratam de reajustes de salários e da implantação de novos planos de carreira no serviço público, além da abertura de créditos para ministérios.

Depois das MPs, a primeira matéria da lista é o projeto que amplia benefícios para as micro e pequenas empresas. A

iniciativa tem parecer favorável apresentado pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA), que não aceitou nenhuma emenda, o que evitará o retorno à Câmara dos Deputados. Se aprovado sem modificações pelos senadores, o projeto irá à sanção do presidente da República.

Essa lei, que é aguardada há mais de um ano pelos empresários, permite que seis impostos e contribuições federais, um tributo estadual (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços – ICMS) e outro municipal (Imposto sobre Serviços – ISS) sejam recolhidos em apenas uma guia. E o valor será bastante reduzido, com uma alíquota única variando de 4% a 17,4% do faturamento da empresa, conforme seu tamanho, o estado onde se localiza e o setor que explora.

Das 17 medidas provisórias, seis já estão no Senado. As outras devem chegar nos próximos dias, pois todas foram aprovadas pela Câmara dos Deputados no

esforço concentrado do início deste mês.

Como segundo item para votação, depois das MPs, consta projeto de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que visa adiar mais uma vez a vigência de um artigo da Lei Kandir, que eliminou o ICMS nas exportações. O projeto (PLS 68/06) adia de janeiro próximo para janeiro de 2011 a autorização para que as empresas possam abater do Imposto de Renda a pagar o ICMS embutido no preço das mercadorias compradas para uso e consumo próprio e nas contas de energia elétrica e de telefone.

Hoje, as empresas só podem abater do Imposto de Renda, na forma de crédito tributário, o ICMS das compras de matérias-primas e insumos, ou seja, produtos que entram diretamente no processo produtivo. Se o abatimento entrar em vigor em 1º de janeiro, os estados perderão uma arrecadação próxima de R\$ 17 bilhões por ano, conforme cálculo dos governos estaduais usado pelo senador.

## Cooperação entre parlamentos de língua portuguesa

Começou ontem e prossegue até sexta-feira o 7º Encontro da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP). O evento reúne na Câmara dos Deputados 25 representantes dos congressos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambi-

que, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Brasil.

O objetivo do encontro é debater estratégias de cooperação técnica, especialmente no que diz respeito à modernização dos legislativos. Também será discutido o papel dos secretários-gerais nos parlamentos e

possíveis mudanças no estatuto da associação. Representa o Senado o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro.

Durante o evento, será lançada a revista *Parlamentos de Língua Portuguesa* e apresentado o relatório sobre as atividades da gestão 2005-2006.



CPI da Terra, encerrada em dezembro do ano passado, investigou conflitos fundiários

Senador afirma que, “embora a mídia esteja contra Lula, a população apóia sua reeleição e está aparecendo como novo ator na história da democracia”

## Saturnino: ampla participação popular marcará estas eleições

Ao registrar que a democracia brasileira ainda está em fase de consolidação, Roberto Saturnino (PT-RJ) afirmou ontem acreditar que estas eleições serão marcadas pela participação popular mais ampla. A seu ver, é a primeira vez que o povo conquista sua autonomia para votar em quem quiser. Para o senador, embora a mídia esteja fazendo uma campanha contra o presidente Lula, a população brasileira está apoiando sua reeleição e aparecendo como “novo ator na história da democracia”.

– Até hoje vivemos a democracia das elites. O pequeno agricultor, a família carente, o trabalhador propriamente dito sempre votou de acordo com a opinião da mídia ou da classe média, porque era assim que a democracia funcionava no Brasil. O povo nunca tinha tido a oportunidade de manifestar sua própria vontade – disse, ressaltando a importância dessa mudança no comportamento do brasileiro.

Já Heráclito Fortes (PFL-PI) questionou se os dirigentes do PT



Roosevelt Pinheiro

O povo nunca tinha tido oportunidade de manifestar sua própria vontade, diz Saturnino

não fariam parte dessa elite à qual se referiu Saturnino, enquanto José Jorge (PFL-PE), candidato a vice-presidente na chapa de Geraldo Alckmin, analisou a atuação da imprensa na cobertura das eleições. Ele destacou que antes do episódio da suposta compra de um dossiê contra o candidato ao governo de São Paulo, José Serra, a mídia estava dividindo igualmente seu espaço entre todos os candidatos. No entanto, até a

revelação da origem do dinheiro, ressaltou, é natural que a imprensa fortaleça as investigações do episódio, o que, para ele, acaba atingindo a imagem de Lula, pela participação de petistas no caso.

Saturnino respondeu que, a seu ver, desde muito antes desse acontecimento, a mídia já vem atuando contrariamente à reeleição, mas admitiu que o episódio do dossiê fortaleceu essa tendência.

## Eleitor pode imprimir requerimento de justificativa

O cidadão que estiver fora de seu domicílio eleitoral no domingo, quando será realizado o primeiro turno das eleições, deve justificar sua ausência por meio do Requerimento de Justificativa Eleitoral. O formulário já está disponível no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) – [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br) –, e poderá ser impresso até o encerramento da votação do segundo turno, se houver, conforme a Resolução 22.154 do TSE.

O formulário também pode ser retirado nos cartórios eleitorais, gratuitamente, até 30 de setembro. Quem preferir, pode ainda pegar o documento nos locais de votação no dia 1º de outubro ou em outros locais autorizados previamente pelo juiz eleitoral.

Depois de preenchido, o formulário deve ser entregue em qualquer seção eleitoral ou mesa receptora de justificativa no dia das eleições, das 8 às 17h. Para imprimi-lo pelo site, o interessado deve clicar no menu que se localiza no

lado esquerdo da tela no link Serviços ao Eleitor. Em seguida, deve acessar Justificativa Eleitoral. Nessa página, há um pequeno texto explicativo e, ao final, um link para fazer o download do modelo de justificativa.

### Punições

De acordo com o artigo 7º do Código Eleitoral, o eleitor que não votar e não se justificar perante o juiz eleitoral até 60 dias após as eleições incorre em multa de 33 Ufirs (unidades fiscais de referência), o que representa pouco mais de R\$ 35,11. A falta pode acarretar, inclusive, o cancelamento do título eleitoral de quem não votar e não justificar o voto em três turnos consecutivos de eleições.

Além de correr o risco de perder o título, o eleitor deixa de contar com alguns direitos de cidadão. Sem a prova de que votou na última eleição, ou de que pagou a multa respectiva, ou ainda de que se justificou devidamente, o eleitor não pode

tirar documentos de identidade ou passaporte; renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial; inscrever-se em concurso público ou, se aprovado, tomar posse; participar de concorrências em órgãos públicos; praticar qualquer ato que exija quitação do serviço militar ou do Imposto de Renda. No caso de servidor público, não receberá o salário correspondente ao segundo mês subsequente ao da eleição (artigo 7º, incisos I a VII), caso não apresente o comprovante de votação ou da justificativa.

Todas as pessoas alfabetizadas entre 18 e 70 anos de idade são obrigadas a votar, de acordo com a Constituição. Para os maiores de 16 e menores de 18 anos, analfabetos e maiores de 70 anos, o voto é facultativo.

Nas seções eleitorais, o atendimento é preferencial aos idosos, às pessoas com deficiência, aos enfermos e às grávidas, além dos serventuários da Justiça Eleitoral e policiais militares.

## Câmara deve votar projeto que estimula doações a candidatos

Está pronto para ser votado, em regime de prioridade, na Câmara dos Deputados, projeto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) assinado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que estimula o financiamento lícito das campanhas eleitorais, mediante doações que poderão ser deduzidas no Imposto de Renda.

O projeto (PLC 6.803/06) já foi votado no Senado, e encaminhado para a revisão da Câmara em junho. No momento, encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação daquela Casa, onde o relator é o deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA).

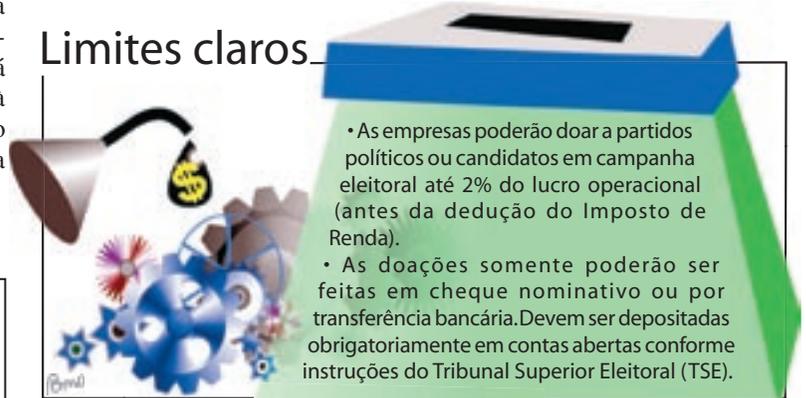
A proposição altera a legislação sobre o Imposto de Renda para permitir que as empresas façam doações a partidos políticos ou candidatos em campanha, até o limite de 2% do lucro operacional por elas registrado, antes de computada essa dedução. A

quantia que exceder esse limite se caracterizará como contribuição não-dedutível. A parcela dedutível de doações de pessoas físicas ficará limitada a 10% dos rendimentos brutos auferidos no ano que anteceder a eleição.

As doações somente poderão ser feitas em cheque nominativo ou transferência bancária, devendo ser depositadas obrigatoriamente em contas abertas conforme instruções do TSE. Não poderão ser feitas por entidade ou governo estrangeiro, organismo da administração pública, entidade sindical, concessionário ou permissionário de serviço público.

Para não ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto estabelece que os benefícios fiscais de quem fizer essas doações estarão contidos nos limites hoje fixados para dedutibilidade de doações a entidades de assistência social.

## Limites claros



- As empresas poderão doar a partidos políticos ou candidatos em campanha eleitoral até 2% do lucro operacional (antes da dedução do Imposto de Renda).
- As doações somente poderão ser feitas em cheque nominativo ou por transferência bancária. Devem ser depositadas obrigatoriamente em contas abertas conforme instruções do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

## Prazo para propaganda eleitoral gratuita e debates termina amanhã

De acordo com a Resolução 22.249/06 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o prazo para propaganda eleitoral gratuita em cadeia nacional de rádio e TV termina amanhã. A partir dessa data, fica proibida ainda a realização de comícios, reuniões públicas e debates entre os candidatos. A propaganda eleitoral paga na imprensa escrita, no entanto, é permitida até a sexta.

Sábado é o último dia para a realização de carreatas e propaganda eleitoral com o uso de alto-falantes e amplificadores de som. Já a divulgação das pesquisas de boca-de-urna obedece a dois critérios distintos. No caso da eleição para presidente da República, as pesquisas só poderão ser anunciadas após a conclusão das eleições em todo o território nacional. Para governador, sena-

dor, deputado federal, estadual ou distrital, poderão ser divulgadas tão logo seja encerrada a votação na respectiva unidade da Federação. De acordo com o ministro Marco Aurélio Mello, presidente do TSE, a medida visa evitar a utilização do “voto útil” nos locais em que o processo de votação se estenda além das 17h. Pesquisas feitas em dias anteriores ao pleito podem ser divulgadas, desde que obedecido o prazo de registro no TSE, que é de cinco dias antes da divulgação do resultado.

Desde 16 de setembro, nenhum candidato pode ser preso, salvo em caso de flagrante delito ou se contra ele for proferida sentença criminal condenatória por crime inafiançável. Também o eleitor, desde ontem e até 48 horas após as eleições, só pode ser preso nesses dois casos.

Senadores da oposição cobram explicações sobre origem do dinheiro que compraria dossiê; líder do PT critica postura do presidente do TSE

## Ideli questiona denúncia sobre grampos no TSE

A senadora Ideli Salvatti (SC), líder do PT, sugeriu ontem que a denúncia sobre os grampos colocados em telefones de ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) teria ligação com escutas que teriam sido feitas em 2002, denunciadas pelo presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC).

O elo entre os dois episódios, segundo a senadora, seria a empresa Fence Consultoria Empresarial Ltda., contratada pelo TSE para fazer varreduras nas linhas telefônicas e que acusou a existência de grampos.

Ideli leu matéria do jornal *Correio Braziliense*, de 12 de abril de 2002, em que Bornhausen afirmava ter descoberto que seus telefones e de sua família teriam sido grampeados e suspeitava que a responsável pelo serviço era a empresa Fence, que tinha contrato de R\$ 1,8 milhão com o Ministério da Saúde para fazer varreduras de grampos. Na época, o ministro da Saúde era José Serra.

Citando reportagem do jornal *O Globo*, a senadora assinalou que, em laudo preliminar, o Instituto de Criminalística não encontrou indícios de escutas clandestinas nos telefones do TSE.

Ideli criticou o comportamento do presidente do TSE, Marco Aurélio Mello,



Ideli relaciona episódio à campanha de 2002

lendo entrevista do jurista e professor de Direito da USP Dalmo Dallari. O jurista contesta a “postura política” de Mello e o “abandono da prudência, que deve ser a marca fundamental de um juiz”.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) lembrou que o ex-sindicalista Wagner Cinchetto confessou ter participado, em 2002, de um grupo do PT criado para preparar material contra adversários de Lula.

– O grupo foi criado secretamente sob o comando de Lula para fazer jogo sujo.

Já Heráclito Fortes questionou a isenção de Dalmo Dallari, observando que ele é colaborador do PT e sogro do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

## Heráclito lamenta uso político do BB

Ao se solidarizar com o Banco do Brasil, Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentou que membros da instituição, durante o governo Lula, tenham se envolvido em diversos escândalos noticiados pela imprensa. Ele citou como exemplo o caso do ex-diretor de Gestão de Risco Exedito Veloso, que teria participação no episódio da compra do dossiê contra os candidatos tucanos Geraldo Alckmin e José Serra.

– Não é possível que hoje a entidade esteja condenada a ser berço de manobras pouco recomendáveis, através das quais agentes inescrupulosos se locupletam das funções para ferir conceitos e, acima de tudo, desrespeitar normas e regras que regem o Banco do Brasil.

Heráclito Fortes disse que a tecnologia atual permite a identificação dos titulares das contas de onde teria saído parte do dinheiro que seria usado para a compra do dossiê. Ele acrescentou que, por meio de uma consulta ao Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos, seria possível descobrir de onde vieram os dólares encontrados com Gedimar Pereira Passos, advogado e ex-policia federal, e Valdebran Padilha da Silva, filiado ao PT de Mato Grosso.

O senador também reiterou sua promessa de só dar entrada no requerimento para a instalação de uma CPI para investigar o



Heráclito presta solidariedade ao Banco do Brasil

envolvimento das organizações não-governamentais com o governo Lula após o segundo turno das eleições. Ele registrou que o principal objetivo da CPI será “estancar esse sangradouro de recursos públicos que deveriam ser destinados para necessidades mais urgentes como saúde, estradas e educação”.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que mereceu elogios de Heráclito por ter assinado o requerimento para a criação da CPI, disse que a investigação de denúncias fortalece a democracia brasileira. Ao salientar que no governo Fernando Henrique a oposição tinha dificuldades de instalar qualquer CPI, Saturnino afirmou que “as coisas mudaram no país”, em benefício da consolidação das instituições.

## Bornhausen: PF tem que mostrar origem de R\$ 1,7 mi

O senador Jorge Bornhausen (SC), presidente do PFL, afirmou ontem que a Polícia Federal tem a obrigação de informar aos brasileiros de onde saiu o R\$ 1,7 milhão, apreendido há 12 dias, que seria usado no pagamento de um dossiê contra os candidatos tucanos José Serra e Geraldo Alckmin.

– Já se passaram 12 dias, tempo suficiente para que as investigações tivessem chegado à origem do dinheiro, dos reais e dos dólares escusos – disse.

O parlamentar criticou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, a quem a Polícia Federal está subordinada.

– O ministro não merece nossa confiança, porque ele tem sido um competente advogado criminalista do presidente da República, mas não ministro da Justiça.

Jorge Bornhausen acusou o ministro de “arrastar” a investigação da compra do dossiê para depois das eleições.

O senador também criticou o presidente Lula, por entender que “ele mentiu ao Brasil” ao dizer que Jorge Lorenzetti, envolvido na negociação do dossiê, não seria funcionário do governo. Bornhausen leu declaração de Eurides Mescolotto, presidente do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), hoje gerido pelo governo



Para Bornhausen, ministro não merece confiança

federal, o qual sustentou que a demissão de Lorenzetti de uma diretoria do banco dependia do ministro da Fazenda.

O presidente do PFL desafiou o presidente Lula a participar amanhã do debate com os outros candidatos à Presidência, na TV Globo.

– Vá ao debate, presidente Lula. Vá lá mostrar as palmas que não existiram na [Assembléia Geral da] ONU. Vá lá dizer que não conhece e não sabia do valerioduto, do mensalão. Vá lá dizer que nunca ouviu falar dos aloprados, como os chamou, Freud Godoy e Jorge Lorenzetti, seus íntimos. Vá lá. Porque quem convive com aloprado, aloprado é – disse Bornhausen.

## José Jorge critica Lula e a Polícia Federal

José Jorge (PFL-PE) criticou a postura do presidente da República em relação ao escândalo do dossiê que seria utilizado contra José Serra, candidato do PSDB ao governo estadual de São Paulo. O senador afirmou que Lula poderia esclarecer, se assim o desejasse, a origem do dinheiro que pagaria o dossiê – cerca de R\$ 1,7 milhão. E também disse que o presidente “continua tentando interpretar seu melhor personagem: o de vítima”.

Candidato a vice-presidente na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB-SP), José Jorge declarou que “bastaria [a Lula] chamar essas pessoas que são amigas dele, como o Jorge Lorenzetti, que foi quem mandou o Gedimar Pereira Passos comprar esse dossiê”, para que elas informassem a origem do dinheiro. O senador lembrou que tanto Lorenzetti quanto Gedimar são ligados ao PT, e que o primeiro era o “churrasqueiro do Lula” – o que atestaria o vínculo entre Lorenzetti e o presidente.

Citando artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, José Jorge ressaltou que “em qualquer organização vale o princípio de que o desconhecimento do chefe não é desculpa pelos erros de seus subalternos”.

José Jorge também criticou a demora na revelação, por parte da Polícia Federal, da fonte dos cerca de R\$ 1,7 milhão.



José Jorge lembra agilidade no caso Francenildo

– Quando se identificou o depósito de míseros R\$ 25 mil na conta do caseiro Francenildo Costa, as autoridades foram muito mais ágeis – recordou ele.

Em aparte, Roberto Saturnino (PT-RJ) defendeu Lula, afirmando que “o maior interessado nessa informação [a origem do dinheiro] talvez seja o próprio presidente”.

– Não quero culpar ninguém, mas não é todo mundo que tem caráter e confessa isso. Muitas pessoas acham que podem sair ilesas desse processo. Elas mentem, inclusive, para o presidente – disse.

Os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Marco Maciel (PFL-PE) e Paulo Octávio (PFL-DF), também por meio de apertes, apoiaram o discurso de José Jorge.

Autor de projeto que originou a Lei de Arbitragem diz que ela representa um avanço no sistema judicial brasileiro, mas que ainda existe espaço para a ampliação desse instituto

## Maciel defende criação de “cultura da arbitragem”

A lei que possibilita a solução de conflitos por meio de decisões arbitrais válidas como sentenças judiciais (Lei 9.307/96) completou dez anos de vigência no último sábado. O autor do projeto que originou a lei, Marco Maciel (PFL-PE), defendeu a criação de uma “cultura de arbitragem” no Brasil para que o instituto se enraíze e não sofra distorções.

Ele destacou avanços trazidos pela Lei de Arbitragem, como a agilização do trâmite dos litígios, uma vez que não existem várias instâncias ou a possibilidade de interpor recursos que adiam as soluções por muitos anos.

– No contrato firmado entre a Petrobras e a estatal boliviana do petróleo, por exemplo, há uma cláusula indicando que se deve recorrer a uma corte arbitral com



Maciel comemora dez anos da lei que possibilita a solução de litígios por meio de decisões arbitrais

sede em Nova York, em caso de impasse. Acho que a lei, ao completar dez anos, está cumprindo exitosamente os seus objetivos, especialmente no campo interna-

cional – salientou.

Maciel disse que alguns fatos contribuíram para a consolidação da lei no país, tais como o reconhecimento de sua constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF), e subscrição pelo governo brasileiro da Convenção de Nova York, que criou condições para o aceite internacional da Lei de Arbitragem. O senador explicou que o mediador de uma corte arbitral é um especia-

lista no tema tratado no litígio e não decide. “O mediador leva as partes a decidirem de forma harmoniosa e o processo tramita em caráter sigiloso”.

## Propostas sobre referendo e plebiscito estão em análise na CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) está analisando duas proposições de Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que alteram a legislação referente à realização de referendo e plebiscito. A primeira é uma proposta de emenda à Constituição (PEC 26/06) destinada a explicitar que a autorização para a convocação de referendo ou plebiscito pode também ter origem em iniciativa popular; e a segunda, um projeto de lei (PLS 183/06) que determina que qualquer apreciação de sugestão de consulta popular em tramitação no Congresso deva ser precedida de audiência pública, com ampla divulgação externa da matéria objeto da proposta.

A PEC determina que a iniciativa popular nesses casos deverá ser exercida pela apresentação de projeto de decreto legislativo à Câmara dos Deputados. O projeto somente será aceito se subscrito por ao menos 1% do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos cinco estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles (art.61,§ 2º da Constituição).

Segundo Zambiasi, o texto constitucional não relaciona os

agentes capazes de apresentar propostas sobre consulta popular, embora deixe implícito que a matéria é de competência tanto dos deputados e senadores quanto do presidente da República. Alguns autores, de acordo com o senador, defendem também que é cabível a iniciativa popular em projetos para autorizar referendo ou convocar plebiscito, mas ainda há polêmica sobre o assunto.

– O meio mais seguro de evitar a polêmica nessa matéria, a meu ver, é deixar explícito no texto constitucional aquilo que os autores consideram implícito: a possibilidade de exercício de iniciativa popular para autorização de referendo e convocação de plebiscito, atendidas as mesmas exigências de subscrição que vigoram para o exercício da iniciativa popular nos casos de projetos de lei – explica Zambiasi.

### Audiência

Já o projeto que determina a realização de audiência pública sobre matéria submetida a referendo ou plebiscito tem o objetivo, segundo o senador, de qualificar o debate sobre as questões passíveis de encaminhamento à consulta popular.



Zambiasi propõe que análise de sugestão de consulta popular seja precedida de audiência

Essa qualificação será benéfica, na opinião de Zambiasi, tanto para deputados e senadores – que disporão de um conjunto maior de informações para formar sua própria convicção com relação à aprovação ou à rejeição da matéria – quanto para os eleitores, que passarão a ter elementos mais consistentes a respeito do assunto discutido.

– Hoje, ambas as Casas do Congresso Nacional dispõem de meios de comunicação de massa de alcance cada vez maior. Portais na rede de computadores, emissoras de televisão, rádio, agências de notícia: tudo deverá colaborar para a divulgação do processo das audiências para os eleitores – afirmou.

O PLS 183/06 tramita em decisão terminativa na CCJ.

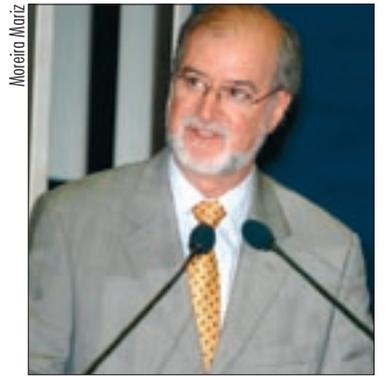
## Azeredo cobra mais atenção do governo aos interesses brasileiros

Ao ressaltar a importância da política externa para o desenvolvimento do país, Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou do presidente Lula mais veemência na defesa dos interesses brasileiros nos assuntos internacionais, destacando a questão da Petrobras na Bolívia. O senador recordou recente decreto do governo boliviano que repassava os bens de empresas privadas de petróleo – entre elas, a brasileira – para a YPF, a estatal boliviana do setor.

Para Azeredo, embora a medida tenha sido suspensa pelo presidente boliviano Evo Morales e provocado a queda do então ministro boliviano Andrés Soliz Rada, Lula não reagiu à questão com a indignação que um chefe de Estado deveria ter.

– É imperativo que Lula e sua equipe sejam mais assertivos nas negociações com a Bolívia. O unilateralismo do senhor Morales não pode ser tratado como mero desconforto eleitoral às vésperas da escolha presidencial. A diplomacia deve ter como horizonte o longo prazo e os interesses de Estado – disse.

O senador afirmou que as duas maiores bandeiras deste



Azeredo: é necessário que equipe de Lula seja assertiva na questão da Petrobras na Bolívia

governo no tocante à política externa não foram cumpridas: o fortalecimento do Mercosul e a cadeira permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Azeredo também cobrou o credenciamento do chefe da missão diplomática dos Estados Unidos no Brasil, Clifford Sobel.

– Desde 1º de agosto em solo brasileiro, o embaixador, 53º chefe de missão norte-americana no Brasil, até hoje não foi recebido pelo presidente Lula. Ficamos a nos perguntar por que a demora em credenciar o embaixador do principal parceiro bilateral do Brasil – questionou.

## Motta quer política de valorização para os produtores nacionais

João Batista Motta (PSDB-ES) comentou medida tomada na última semana pela União Européia, impondo barreiras às exportações brasileiras, principalmente ao setor pesqueiro. Motta responsabilizou o governo pela falta de uma política que garanta aos produtores nacionais condições de concorrer com outros países.

De acordo com informação da Agência Estado, citada pelo senador, veterinários europeus reunidos na Bélgica decidiram exigir que os exportadores brasileiros de pescado mostrem certificados de testes laboratoriais para que possam entrar no mercado da União Européia. Os europeus estariam preocupados com “condições fitossanitárias consideradas inadequadas”.

– Os produtores nacionais estão a ver navios. Eles não têm o direito de produzir em razão da irresponsabilidade e da incapacidade do governo – protestou.

O parlamentar também questionou a origem do dinheiro envolvido na tentativa de compra, por parte de membros do PT, de um dossiê que teria por objetivo



Motta critica União Européia por barreiras impostas às exportações brasileiras

prejudicar as candidaturas do PSDB.

– Parte do dinheiro é virgem, não esteve em circulação em momento nenhum. Saiu direto da fábrica para os bolsos dos petistas envolvidos na compra do dossiê. Mas a população também quer saber sobre o dinheiro do valerioduto, que comprou votos. São muitas as perguntas sem resposta – disse Motta, observando que o montante que seria usado para a obtenção do suposto dossiê pode ter saído de alguma instituição ou entrado clandestinamente no país.



Célio Azevedo

Suplicy apela à população para que vote com responsabilidade

## Suplicy lê artigo de Dallari em defesa de Bastos

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu, da tribuna do Plenário, um artigo do jurista Dalmo Dallari em que este repele críticas da imprensa e da oposição ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

No artigo, publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Dalmo Dallari classifica as reportagens sobre a atuação do ministro e a representação do PSDB e do PFL ao Tribunal Superior Eleitoral no episódio do dossiê contra candidatos tucanos como frutos de uma paixão política estimulada pelas eleições. No entendimento de Dallari, não há fundamentos jurídicos que justifiquem acusações ao ministro, e a atuação de Thomaz Bastos é marcada pelo seu alto nível ético, pela eficiência sem exibicionismo e pelo absoluto respeito aos preceitos jurídicos que regem a democracia brasileira.

– A par da absoluta inconsistência, evidente na própria linguagem, tanto os artigos publicados como a representação contêm equívocos jurídicos fáceis de demonstrar, o que revela a afoiteza, o descontrole emocional, a parcialidade política e também a falta de cuidado nas referências às disposições legais que regem as matérias tratadas – leu o representante de São Paulo.

Eduardo Suplicy fez ainda um apelo para que toda a população que possa exercer o direito de votar o faça com responsabilidade nestas eleições.

Para Biscaia, os ex-ministros da Saúde Humberto Costa, Saraiva Felipe, José Serra e Barjas Negri devem explicar, na comissão, fatos ocorridos durante suas gestões

# Presidente da CPI examina dossiê entregue pela Polícia Federal

O presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), esteve na manhã de ontem na secretaria da comissão para examinar o dossiê com supostas acusações contra candidatos do PSDB. Os documentos foram entregues pela Polícia Federal à comissão na última sexta-feira.

Biscaia e o sub-relator deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) tiveram audiência ontem com o presidente do Conselho de Atividades Financeiras (Coaf), Antonio Gustavo Rodrigues, para pedirem informações sobre o andamento das investigações em relação à origem do dinheiro que seria usado para a compra do dossiê (aproximadamente R\$ 1,7 milhão).

– Quero me inteirar do que está havendo, até que ponto o Coaf pode agilizar os trabalhos de obtenção de dados. A origem do dinheiro é fundamental. A sociedade está exigindo isso – disse Biscaia antes da audiência.

Os documentos que compõem o dossiê, afirmou o presidente da CPI dos Sanguessugas, são depoimentos, cópias de lançamentos bancários, um depoimento de Vedoin ao juiz de Cuiabá em que ele relata com detalhes o envolvimento do empresário Abel Pereira com o ex-ministro da Saúde Barjas Negri e CDs com arquivos de solenidades políticas de entrega de ambulâncias.

– É um material que permite o



Célio Azevedo

Nada do que está no dossiê justifica uma ação criminosa de tentativa de compra de documentos, salienta Biscaia

início de investigação. A meu ver, absolutamente nada do que está aí justifica uma ação criminosa de tentativa de compra de R\$ 1,7 milhão – destacou.

Na opinião de Biscaia, os ex-ministros da Saúde Humberto Costa, Saraiva Felipe, José Serra e Barjas Negri devem comparecer à CPI dos Sanguessugas para prestarem esclarecimentos sobre fatos ocorridos durante suas gestões. O deputado contou que antes do surgimento do episódio do dossiê, os integrantes da comissão tinham o entendimento de que não era conveniente convocar os ex-ministros.

– Agora não tenho dúvida de que

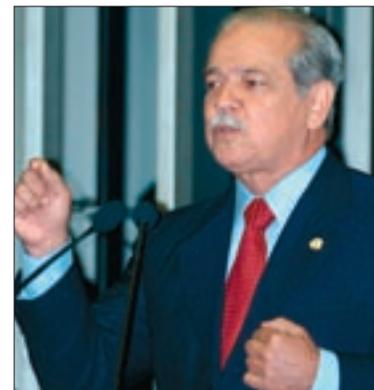
[a convocação dos ex-ministros da Saúde] está se tornando necessária – disse o presidente da CPI, ao lembrar que na reunião do colegiado, marcada para quarta-feira, o colegiado poderá aprovar requerimentos com essa finalidade.

### Sub-relatorias

O presidente da CPI dos Sanguessugas informou que vai sugerir ao relator da comissão, senador Amir Lando (PMDB-RO), a designação de outros dois sub-relatores.

Um deles será responsável pela análise tanto do conteúdo do dossiê quanto da suposta compra dos documentos por pessoas vinculadas ao Partido dos Trabalhadores. O outro sub-relator deverá investigar as prefeituras destinatárias das emendas parlamentares para aquisição de ambulâncias e em que nível os prefeitos estão envolvidos na máfia das ambulâncias.

Biscaia ressaltou que, embora o foco das investigações possa ser ampliado, qualquer fato que tenha conexão com o objetivo da CPI deve ser investigado. No entanto, alertou, a comissão não pode servir de instrumento de disputa eleitoral.



Roosevelt Pinheiro

Projeto de César Borges tramita na Comissão de Constituição e Justiça

## Borges propõe pena maior para quem adultera combustível

Para desestimular a adulteração de combustíveis, o senador César Borges (PFL-BA) apresentou projeto de lei destinado a fixar pena de reclusão de dois a cinco anos para esse crime. De acordo com a Lei 8.176/91, em vigor, a pena pode variar entre um a cinco anos de detenção. A reclusão, de acordo com a legislação vigente, só pode ser cumprida em regime fechado ou semi-aberto, enquanto a detenção deve ser cumprida em regime semi-aberto e aberto.

Pelo projeto (PLS 108/06), em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), serão punidos com pena de dois a cinco anos de reclusão os seguintes crimes contra a ordem econômica: adquirir, distribuir e revender derivados de petróleo, gás natural, álcool etílico, hidratado carburante e demais combustíveis líquidos carburantes adulterados, e usar gás liquefeito de petróleo em motores de qualquer espécie, saunas, caldeiras e aquecimentos de piscinas ou para fins automotivos em desacordo com as normas estabelecidas na forma da lei.

Em sua justificativa, César Borges argumenta que a adulteração de combustíveis pelos donos de revenda configura concorrência desleal, em que se esconde a tentativa de se obter o máximo de retorno financeiro em detrimento do Estado ou do consumidor.

Com uma carga tributária que chega a 60% no caso da gasolina, o mercado de combustíveis, que registrou em 2005 faturamento de R\$ 115,7 bilhões ao ano, é um convite à sonegação, na avaliação do senador. Só em 2004, a Agência Nacional do Petróleo (ANP) estimou em 5,1% a média nacional de adulteração de combustíveis.

“O certo é que os donos de posto não costumam comprar inocentemente o combustível adulterado”, alerta o senador. Ele lembra ainda que, mesmo que a irregularidade seja identificada, nada acontece com o dono do posto.

## “Por enquanto Serys está blindada”, afirma Paulo Octávio

O senador Paulo Octávio (PFL-DF), relator do processo contra a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, disse ontem que até o momento não foi encontrada nenhuma prova, evidência ou indício de que a parlamentar mato-grossense teve participação pessoal no esquema da “máfia das ambulâncias”. Ele informou que as investigações prosseguem com a tomada de depoimentos e a quebra do sigilo bancário dos investigados, e que seu parecer deverá ser entregue no final de outubro.

– A senadora, por enquanto, está blindada, mas há ainda muita mentira para ser desvendada – afirmou



Roosevelt Pinheiro

Defesa da senadora será ouvida na próxima terça-feira, informa Paulo Octávio

Paulo Octávio em referência às divergências entre a família Vedoin, dona da Planam, empresa líder da

máfia, e o genro de Serys, Paulo Roberto.

O relator, no entanto, distinguiu Paulo Roberto de Luiz Antônio Vedoin, dizendo que este último é “um bandido” e que o genro da senadora “não tem nada que o desabone”. Vedoin afirma que Paulo Roberto recebeu R\$ 35 mil em dinheiro como propina pela apresentação de emendas por Serys para a compra de ambulâncias. O genro diz que recebeu dos Vedoin um cheque no valor de R\$ 37,2 mil como pagamento pelo fornecimento de material hospitalar à Planam.

Segundo Paulo Octávio, Serys será ouvida no dia 5 de outubro.

Projeto de lei institui medidas para assegurar maior proteção à integridade de crianças e adolescentes, impedindo a aproximação de más companhias

## Paim propõe mudar o Estatuto da Criança e do Adolescente

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) poderá ser modificado para instituir medidas que assegurem maior proteção à integridade de meninos e meninas. O projeto (PLS 46/06), do senador Paulo Paim (PT-RS), tem o objetivo de garantir ao responsável pelo menor a adoção de providências destinadas a impedir que companhias nocivas se aproximem de determinada criança ou adolescente.

A primeira alteração proposta acrescenta parágrafo único ao artigo 17 do ECA (Lei 8.069/90), que trata do respeito à inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais. Conforme o projeto, o detentor da guarda ou posse de fato do menor poderá requerer ao juízo competente, mediante justificação, medidas que garantam a proteção dessa



Atualmente, não há meio efetivo que impeça aproximações nocivas, diz Paim

integridade, entre elas a proibição de que alguém se aproxime da criança e do adolescente a menos de certa distância, fixada em cada caso.

Para assegurar o cumprimento dessa resolução, o senador propõe também o acréscimo de um novo artigo ao capítulo de crimes do ECA, tipificando a conduta daqueles que não obedecerem a decisão judicial. Pela proposta, aqueles que expuse-

rem a integridade da criança e do adolescente a perigo direto e iminente, por meio de aproximação pessoal, ficarão sujeitos a uma pena de seis meses a três anos de detenção, além do pagamento de multa.

Segundo Paim, o projeto sana dúvidas a respeito de como proceder judicialmente nas hipóteses em que a criança e o adolescente são assediados por pedófilos e traficantes.

– Apesar das garantias constitucionais e legais, não se dispõe de meio prático, efetivo e célere que impeça as aproximações nocivas. O projeto conferirá ao estatuto um meio simples e direto para que o responsável pela criança e pelo adolescente aja no sentido de impedir essa aproximação – afirmou o parlamentar, na justificação da sua proposta.

A matéria está sendo analisada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

## Alvaro Dias quer facilitar acesso ao Benefício da Prestação Continuada

Projeto em exame na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de autoria do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), propõe retirar do cálculo da renda familiar *per capita*, para efeito da concessão do Benefício da Prestação Continuada (BPC), o salário mínimo concedido a título de aposentadoria a qualquer membro da família de idosos e pessoas com deficiência carentes que se candidatem ao auxílio pago com recursos da Previdência Social.

O propósito do senador é eliminar a influência da aposentadoria de parentes dos candidatos que vivam sob o mesmo teto para o aumento da renda *per capita* que garante acesso ao benefício. Isso porque o benefício só pode ser requisitado por pessoas desses dois grupos cuja família possua renda *per capita* mensal inferior a um quarto do salário mínimo, o que corresponde atualmente a R\$ 87,50.

O PLS 179/04 também se pro-

põe a igualar totalmente regras de cálculo de renda familiar *per capita* para os dois grupos, hoje mais favoráveis aos candidatos ao benefício que sejam idosos, na comparação com pessoas com deficiência. A distorção, como lembra o autor do projeto, foi gerada por lei aprovada há dois anos (Lei 10.741/03), que excluiu do cálculo da renda mínima, somente no caso dos idosos, os ganhos decorrentes da concessão do próprio BPC a outros membros da família.

A proposta conta com parecer favorável emitido pelo relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A matéria chegou a constar da pauta da CAE em reunião no início de setembro, último esforço concentrado de votações do período pré-eleitoral, mas deixou de ser examinada em decorrência de pedido de vista apresentado pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

A garantia de um salário mínimo para idosos e pessoas



Proposta de Alvaro Dias conta com parecer favorável do relator na CAE

com deficiência foi prevista na Constituição de 1988. Com o nome de BPC, o benefício foi regulamentado a partir da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) – Lei 7.842/93. É restrito a pessoas desses dois grupos que efetivamente comprovem não ter meios próprios de subsistência ou impossibilidade de serem sustentadas pela família.

Na avaliação de Alvaro Dias, a Loas restringiu em demasia o acesso ao benefício, ao declarar como incapazes de prover a manutenção somente as famílias com renda *per capita* mensal inferior a um quarto do salário mínimo.

## Projeto pode aumentar número de doação de órgãos para transplantes

Para assegurar o atendimento da vontade das pessoas de doarem tecidos ou órgãos depois de sua morte, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou projeto de lei explicitando que a existência de registro feito pelo potencial doador é condição suficiente para que sua vontade seja atendida.

Pelo PLS 408/06, em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a retirada de tecidos, órgãos ou partes do corpo de uma pessoa falecida depende do preenchimento de apenas uma das seguintes condições: autorização do cônjuge ou parente maior de idade, obedecida a linha sucessória, ou registro feito em vida, em conformidade com as normas pertinentes.

Embora a atual legislação preveja a possibilidade de a pessoa registrar, na carteira de identidade ou de motorista, a opção de doar órgãos depois de sua morte, Lúcia Vânia explica que, na prática, a doação somente é válida se autorizada por familiares, uma vez que a simples manifestação do potencial doador, seja de forma verbal ou escrita, não tem validade legal.

A parlamentar argumenta que a lista de espera por transplantes



Lúcia Vânia: registro do potencial doador deve ser suficiente para atender vontade

de diferentes tipos tem, nos dias de hoje, mais de 60 mil pessoas, razão pela qual a autorização para doação de órgãos precisa ser simplificada. Lúcia Vânia avalia que há, também, na sociedade, crescente sentimento positivo a respeito da necessidade de aumentar as doações, como forma de salvar vidas, afirmou.

Para a representante de Goiás, a vontade expressa pela pessoa ainda em vida facilitará a decisão dos médicos ou da família em permitir a doação de órgãos, trazendo o tão desejado aumento do número de transplantes para minorar o sofrimento dos milhares de pacientes que aguardam a chance de recuperar a saúde nas filas de espera por um órgão.

## Valdir Raupp sugere medidas para proteger atores menores de 18 anos

Com a finalidade de proteger crianças e adolescentes, Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou projeto de lei que determina a exigência de autorização expressa de pais ou responsáveis para que menores, entre 14 e menos de 18 anos, possam trabalhar como ator, modelo ou similar, em cinema, teatro, televisão ou anúncios publicitários. Pela proposta (PLS 83/06), ainda, no caso de menores de 14 anos pretenderem trabalhar nessas atividades, será necessária autorização judicial para que eles atuem. Em sua justificação, o senador lembra que, pelo Código Civil (Lei 10.406/02), somente aos 18 anos o brasileiro fica habilitado a exercer todos os atos da vida civil. Por isso, Raupp considera essencial uma legislação que discipline a atuação de crianças e adolescentes



Valdir Raupp pretende resguardar direitos de crianças e adolescentes

no mundo da moda e das atividades audiovisuais, a fim de resguardar seus direitos e protegê-los de abusos. O projeto precisa ser discutido e aprovado pelas comissões de Educação (CE) e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para, depois, ser submetido, em decisão terminativa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).